

Assaí, evolução que gera resultados

-  Faturamento de **R\$ 84,7 bilhões (+5,2%)**, geração de caixa livre de **R\$ 2,8 bilhões** e lucro líquido de **R\$ 497 milhões**.
-  Cerca de **40 milhões de clientes** por mês.
-  A **maior e mais presente** empresa brasileira do varejo alimentar¹.
-  Abertura de **10 lojas** em 2025, totalizando **312 lojas em operação**.
-  Para 2026: abertura das **primeiras farmácias** e **lançamento da marca própria**.
-  **Evolução do Assaí Digital** com nova parceria firmada com o Mercado Livre e ampliação da parceria com o iFood.

¹Abras e NielsenIQ Homescan



Aponte a câmera e confira nossos resultados financeiros 2025.



Para todos, de Sol a Sol.



Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71



ASAÍ3
B3 LISTED NM

★ continuação

relação a 2024. Esse desempenho decorre do avanço do EBITDA dos últimos 12 meses, com acréscimo de R\$319 milhões e da melhora de R\$255 milhões no capital de giro, acompanhando a evolução do ciclo de caixa no período.

A geração de caixa livre atingiu R\$2,8 bilhões nos últimos 12 meses, superando em R\$2,2 bilhões o montante registrado em 2024. Esse avanço reflete, sobretudo, o menor nível de investimentos em expansão, em linha com a estratégia de redução da alavancagem, e o crescimento do EBITDA, evidenciando o compromisso da Companhia com a geração consistente de caixa. Além da redução dos investimentos em expansão, foi reconhecido no período o Compromisso de Compra e Venda de Imóveis referente a duas lojas e um terreno, no valor total de R\$191 milhões.

Como resultado, a geração de caixa final foi positiva em R\$556 milhões (vs. -R\$1,1 bilhão em 2024).

ALAVANCAGEM ABAIXO DO GUIDANCE E NO MENOR NÍVEL DESDE 2021

(R\$ milhões)	2025	2024	Δ
Dívida Circulante	(1.712)	(1.191)	279
Dívida Não Circulante	(14.132)	(14.184)	52
Total da Dívida Bruta⁽¹⁾	(15.844)	(16.175)	331
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.854	5.628	226
Dívida Líquida	(9.990)	(10.547)	557
Saldo de Recebíveis Descontados ⁽²⁾	(1.349)	(1.967)	619
Dívida Líquida + Recebíveis descontados	(11.339)	(12.514)	1.176
EBITDA⁽³⁾	4.432	4.113	319
Dívida Líquida + Recebíveis descontados⁽²⁾/EBITDA⁽³⁾	-2,56x	-3,04x	-0,48x

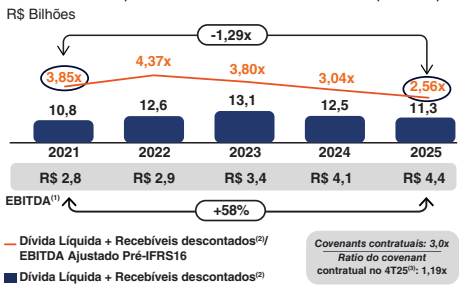
⁽¹⁾ Dívida bruta reduzida pelo valor de instrumentos financeiros derivativos.

⁽²⁾ Representa o saldo de recebíveis descontado com vencimento no trimestre subsequente (excluindo custo de antecipação recebíveis).

⁽³⁾ EBITDA Ajustado Pré-IFRS 16 acumulado dos últimos 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).

O índice de alavancagem, medido pela relação dívida líquida/EBITDA Pré-IFRS16, atingiu 2,56x no trimestre, o menor nível desde 2021 e 0,48x abaixo do apresentado em 2024. A alavancagem encerrou o período abaixo do *guidance* de 2,60x, refletindo a continuidade da redução das dívidas bruta e líquida e pela evolução do EBITDA.

Ao final do período, o saldo de recebíveis descontados com vencimento no trimestre subsequente foi de R\$1,3 bilhão, com prazo médio de 7 dias. A Companhia reduziu a necessidade de desconto de recebíveis em R\$619 milhões em relação ao período anterior. A antecipação de recebíveis é uma operação característica do varejo e do mercado brasileiro, sendo componente relevante da gestão de tesouraria da Companhia que administra o saldo de caixa aplicado e o montante de recebíveis disponíveis para desconto.



— Dívida Líquida + Recebíveis descontados⁽²⁾/EBITDA Ajustado Pré-IFRS16

■ Dívida Líquida + Recebíveis descontados⁽²⁾

⁽¹⁾ EBITDA Pré-IFRS 16 acumulado 12 meses (excluindo equivalência patrimonial).

⁽²⁾ Entre o 4T21 e o 4T24, o indicador de Dívida Líquida + Recebíveis Descontados contemplava o saldo a pagar da aquisição de hipermercados. O pagamento da aquisição de hipermercado foi finalizado no 1T24

⁽³⁾ Ratos Contratuais: [Dívida Bruta (-) Caixa (-) Contas a receber com deságio de 1,5%] / Lucro Bruto (+) Depreciação Logística (-) SG&A]

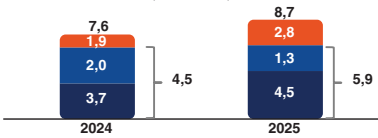
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2025

DISPONIBILIDADE DE CAIXA TOTAL DE R\$8,7 BILHÕES

A Companhia encerrou 2025 com uma disponibilidade total de caixa de R\$8,7 bilhões, considerando os recebíveis não descontados com liquidez passível em D+1.

As disponibilidades, que incluem o saldo de caixa ao final do período e os recebíveis não descontados, refletem o caixa médio aplicado, que atingiu R\$1,480 bilhão em 2025. Para efeito comparativo, o caixa médio foi de R\$1,917 bilhão em 2024.

DISPONIBILIDADE DE CAIXA (R\$ Bilhões)



INVESTIMENTOS REFORÇAM FOCO NA REDUÇÃO DA ALAVANCAGEM

(R\$ milhões)	2025	2024	Δ
Novas lojas e aquisição de terrenos	529	953	(424)
Reformas, manutenções e novos serviços	280	386	(106)
Infraestrutura e outros	106	133	(27)
Total Investimentos - Bruto	915	1.472	(557)
Venda de ativos	(260)	(3)	(257)
Total Investimentos - Líquido	655	1.469	(814)

Em 2025, os investimentos em ativo imobilizado totalizaram R\$ 915 milhões, redução explicada pelo compromisso da Companhia com a disciplina financeira e a diminuição da alavancagem. Ainda, no 4T25 foi concluída a venda de ativos em operação de sale and leaseback de duas lojas e um terreno no valor total de R\$ 275 milhões, com efeito caixa de R\$191 milhões no exercício.

No 4T25, o Assaí inaugurou 8 novas lojas em cinco estados e, ao longo de 2025, abriu 10 unidades, adicionando 50 mil m² à área de vendas e encerrando o ano com 312 lojas em operação. Para 2026, a Companhia prevê postergar alguns projetos e abrir cerca de cinco novas lojas em São Paulo, alinhada à estratégia de redução da alavancagem.

DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025, o montante destinado à distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios totalizou R\$118 milhões, correspondendo a 25% do saldo disponível para distribuição de dividendos, nos termos do Estatuto Social da Companhia. Esse saldo desconsidera a reserva legal de 5%.

Adicionalmente, ao longo do exercício, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio (JSCP) no valor bruto de R\$140 milhões, sobre o qual incidiu Imposto de Renda Retido na Fonte no montante de R\$17 milhões, resultando em um valor líquido de R\$123 milhões. O pagamento está previsto para 26 de junho de 2026, conforme Aviso aos Acionistas divulgado ao mercado em 30 de dezembro de 2025.

O valor referente à parcela remanescente de dividendos excedeu o dividendo mínimo obrigatório em R\$5 milhões, calculados conforme demonstrado abaixo, e está sujeito à aprovação dos acionistas em AGOE, não representando obrigação adicional da Companhia. Em relação aos *American Depositary Share* (ADSs), o referido pagamento será efetuado por meio do banco depositário JP Morgan Chase Bank. Os titulares poderão obter informações a respeito no site <https://adr.com>.

(R\$ milhões)	2025	2024
Lucro Líquido Pós-IFRS 16	497	769
Reserva de incentivos fiscais	—	(229)
Base reserva legal	497	540
% Reserva legal	5%	5%
Reserva legal do exercício	25	27
Base dividendos	472	513
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	118	129
JSCP Pagos - Líquido	(123)	(109)
Dividendos propostos	—	20
Dividendos adicionais propostos	(5)	—

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024	PASSIVO	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	5.854	5.628	Fornecedores	15	11.437	10.709
Contas a receber	7	3.056	2.210	Fornecedores - Convênios	15.2	990	938
Estoques	8	7.504	7.127	Empréstimos	16.9	1.202	38
Tributos a recuperar	9	1.139	1.241	Debêntures e notas promissórias	16.9	517	2.046
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	7	93	Salários e encargos sociais		753	682
Despesas antecipadas		111	99	Passivo de arrendamento	14.2	461	412
Outras contas a receber		111	50	Demais impostos a recolher		473	529
		17.782	16.448	Imposto de renda e contribuição social a pagar		45	34
Ativos mantidos para venda	27	18	—	Receitas a apropriar	18	507	449
Total do ativo circulante		17.800	16.448	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.2	123	129
Não circulante				Outras contas a pagar		309	346
Tributos a recuperar	9	943	672	Total do passivo circulante		16.817	16.312
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	443	140	Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos	16.9	448	297	Fornecedores	15	—	12
Partes relacionadas	10.1	30	23	Empréstimos	16.9	2.414	1.720
Depósitos judiciais	17.6	22	24	Debêntures e notas promissórias	16.9	12.166	12.761
Despesas antecipadas		19	9	Provisão para demandas judiciais	17	266	223
Outras contas a receber		605	31	Passivo de arrendamento	14.2	10.017	9.232
		2.510	1.196	Receitas a apropriar	18	518	26
				Plano de ações liquidadas em caixa	20.6.3	12	5
Investimentos	11	326	804	Outras contas a pagar		61	47
Imobilizado	12.2	13.073	13.564	Total do passivo não circulante		25.454	24.026
Intangível	13.1	5.202	5.183	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Direito de uso	14.1	8.914	8.398	Capital social	20.1	1.456	1.272
		27.515	27.949	Reserva de capital		115	88
Total do ativo não circulante		30.025	29.145	Reservas de lucros		4.106	3.933
TOTAL DO ATIVO		47.825	45.593	Ações em tesouraria	20.5	(104)	(26)
				Outros resultados abrangentes		(19)	(12)
				Total do patrimônio líquido		5.554	5.255
				TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		47.825	45.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	Nota	Capital social	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024		1.272	56	180	957	2.172	—	—	—	(7)	4.630
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	769	—	769
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	(8)	3
Valor justo de recebíveis		—	—	—	—	—	—	—	—	3	3
IR sobre outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	—	(5)	769
Resultado abrangente do exercício		—	—	—	—	—	—	—	769	(5)	769
Opções de ações outorgadas		—	32	—	—	—	—	—	—	—	32
Juros sobre capital próprio		—	—	—	—	—	—	—	(125)	—	(125)
Dividendos	20.2	—	—	—	—	—	—	—	(20)	—	(20)
Recompra de ações	20.5	—	—	—	—	—	—	(26)	—	—	(26)
Reserva de incentivos fiscais	—	—	—	—	229	—	—	—	(229)	—	—
Reserva legal	20.3	—	—	27	—	—	—	—	(27)	—	—
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	—	—	—	368	—	(368)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2024		1.272	88	207	957	2.401	368	(26)	—	(12)	5.255
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	497	—	497
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	—	—	—	—	(11)	(11)
Valor justo de recebíveis		—	—	—	—	—	—	—	—	4	4
IR sobre outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	—	—	(7)	490
Resultado abrangente do exercício		—	—	—	—	—	—	—	497	(7)	490
Aumento de capital	20.1	184	—	—	(184)	—	—	—	—	—	—
Opções de ações outorgadas	—	—	27	—	—	—	—	—	—	—	27
Juros sobre capital próprio	20.2	—	—	—	—	—	—	—	(140)	—	(140)
Reserva de expansão	20.4	—	—	—	368	—	(368)	—	—	—	—
Recompra de ações	20.5	—	—	—	—	—	—	(78)	—	—	(78)
Reserva legal	20.3	—	—	25	—	—	—	—	(25)	—	—
Reserva para retenção de lucros	—	—	—	—	—	—	332	—	(332)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		1.456	115	232	1.141	2.401	332	(104)	—	(19)	5.554

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais)

	31/12/2025	31/12/2024		31/12/2025	31/12/2024
Receitas			Valor adicionado total a distribuir		
Vendas de mercadorias e serviços	84.512	80.388	Pessoal	9.616	8.853
(Perdas) reversões estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(6)	12	Remuneração direta	4.424	3.934
Outras despesas, líquidas	(506)	(5)	Benefícios	2.968	2.659
	84.000	80.395	FóTS	963	861
Insumos adquiridos de terceiros			Outros	252	220
Custo das mercadorias vendidas	(69.326)	(66.781)	Impostos, taxas e contribuições	241	194
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(3.811)	(3.524)	Federais	827	872
	(73.137)	(70.305)	Estaduais	239	396
Valor adicionado bruto	10.863	10.090	Municipais	408	306
Retenções			Remuneração de capitais de terceiros	180	170
Depreciação e amortização	(1.755)	(1.640)	Juros	3.868	3.278
Valor adicionado líquido produzido	9.108	8.450	Aluguéis	3.851	3.262
Recebido em transferência			Remuneração de capitais próprios	17	16
Resultado de equivalência patrimonial	60	64	Juros sobre capital próprio	497	769
Receitas financeiras	448	339	Dividendos	140	125
	508	403	Lucros retidos	—	20
			Valor adicionado total distribuído	357	624
				9.616	8.853

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AVANÇOS EM ESG

O Assaí segue promovendo prosperidade para todos(as), de sol a sol, por meio de uma estratégia de sustentabilidade robusta e eficaz, garantindo que nosso crescimento gere valor tanto para a sociedade quanto para o meio ambiente.

Nossos três pilares estratégicos são:

- Operações eficientes:** inovamos em nossas operações para reduzir o impacto climático e garantir cadeias de fornecimento mais responsáveis.
- Desenvolvimento de pessoas e comunidades:** promovemos prosperidade para todos(as), com oportunidades de crescimento para os colaboradores(as), empreendedores(as) e comunidades.
- Gestão ética e transparente:** construímos relacionamentos éticos e transparentes pautados em boas práticas ESG.

Os principais destaques do período foram:

OPERAÇÕES EFICIENTES

- 46% de reaproveitamento de resíduos** (+2,8 p.p. vs. 2024), contribuindo para a redução de emissões de escopo 3 e avançando rumo à meta de Aterro Zero até 2035, impulsionado por:
 - aumento de 144% no volume destinado à compostagem (vs. 2024);
 - ampliação do Programa Destino Certo, que evita que frutas, legumes e verduras sejam enviados para aterro, alcançando 301 lojas (+6 % vs. 2024).
- 93 lojas com autoprodução de energia solar**, fortalecendo a matriz renovável e evitando a emissão de 86 mil toneladas de CO2 em cinco anos; e
- 100% dos fornecedores de carne suína in natura aderentes à Política de Bem-Estar Animal**.

GESTÃO ÉTICA E TRANSPARENTE

- Evolução no rating do CDP (*Disclosure Insight Action*), passando de B para A-;
- Participação pelo **4º ano consecutivo no ICO2** (Índice Carbono Eficiente);
- Reconhecimento da B3 como uma das 30 empresas mais sustentáveis do Brasil**, com presença simultânea nos índices ISE, ICO2 e IDIVERSA;
- Adesão a coalizão global Brasil Sem Desperdício** (WWF e WRAP), comprometida com a redução da perda e do desperdício de alimentos no país; e
- O **Relatório Anual e de Sustentabilidade 2024** foi destacado pelo CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), por sua **qualidade, transparência e atratividade**.

DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS E COMUNIDADES

- O Assaí segue empenhado em promover um ambiente de trabalho cada vez mais diverso e inclusivo:
 - 45,0% de pessoas negras na liderança (gerentes e acima);
 - 25,9% de mulheres na liderança (gerentes e acima), +0,2 p.p. em relação a 2024; e
 - 1,5% de colaboradores(as) migrantes e refugiados (+0,4 p.p. vs. 2024).
- Por meio do Instituto Assaí, fortalecimento do impacto social:**
 - marco recorde de 6 milhões de refeições doadas; e
 - 700 toneladas** de alimentos arrecadados pelos(as) clientes para 103 organizações sociais parceiras, através da campanha "Alimento a Gente Compartilha".

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

- Empresas que Mais Respeitam o Consumidor:** pela sexta vez, o Assaí foi eleito a empresa que mais respeita o consumidor na categoria Atacado/Atacarejo;
- Elite Infoloney:** o Assaí integra a lista das companhias de capital aberto que mais crescem de forma consistente, sendo a única varejista alimentar do ranking;
- Índice Caliber de Reputação 2025:** a Companhia foi reconhecida como a empresa de melhor reputação na categoria Varejo-Supermercado;
- Popai Brasil:** o Assaí recebeu nove reconhecimentos em ações de trade marketing e *retail media* - 2 ouros, 3 pratas e 4 bronzes;
- Prêmio Valoriza:** a Companhia foi listada entre as 15 empresas que mais geraram riqueza para a sociedade em 2025;
- Diversidade nas Empresas:** de acordo com o levantamento produzido pela Folha de S. Paulo em parceria com a Fundação Getúlio Vargas, o Assaí foi destaque entre as 20 empresas com melhores indicadores de Diversidade, Equidade e Inclusão e entre as 10 referências em equidade na alta liderança; e
- Retail Awards:** Belmiro Gomes, CEO do Assaí, foi homenageado no *Hall da Fama* por sua contribuição ao desenvolvimento do setor.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita operacional líquida	21	77.307	77.819
Custo das mercadorias vendidas	22	(64.266)	(61.598)
Lucro bruto		13.041	12.221
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	22	(6.264)	(5.995)
Despesas gerais e administrativas	22	(1.011)	(878)
Depreciações e amortizações		(1.643)	(1.547)
Resultado de equivalência patrimonial	11	60	64
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(560)	(21)
		(9.418)	(8.377)
Lucro operacional antes do resultado financeiro líquido		3.623	3.844
Receitas financeiras	24	428	324
Despesas financeiras	24	(3.817)	(3.233)
Resultado financeiro líquido		(3.389)	(2.909)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		234	935
Imposto de renda e contribuição social	19.1	263	(1.000)
Lucro líquido do exercício		497	769
Lucro básico por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	25	0,369114	0,569164
Lucro diluído por milhões de ações em reais (média ponderada do exercício - R\$)			
Ordinárias	25	0,367865	0,567277

SENDAS DISTRIBUIDORA S/A

06.057.223/0001-71

ASAÍ3

B3 LISTED NM

★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL
A Sendas Distribuidora S.A. (“Companhia” ou “Sendas”) é uma sociedade anônima de capital aberto, listada no segmento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3), sob o código “ASAÍ3”. A Companhia tem como atividade preponderante a comercialização varejista e atacadista de produtos alimentícios, artigos de bazar e outros produtos, por meio de sua rede de lojas, representada pela bandeira “ASSAÍ”, sendo este o único segmento divulgável. A Companhia possui sede no Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, 6.000, Lote 2 - Anexo A, Jacarepaguá/RJ. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia operava 312 lojas (302 lojas em 31 de dezembro de 2024) e 12 Centros de Distribuição (12 Centros de Distribuição em 31 de dezembro de 2024), estando presente nas cinco regiões do país, atuando em 24 estados e no Distrito Federal.
Em 19 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a intenção de realizar a deslistagem voluntária de suas *American Depositary Shares* (“ADSs”) da *New York Stock Exchange* (“NYSE”). A deslistagem, que foi efetivada no dia 09 de janeiro de 2025, está em linha com a estratégia de longo prazo da Companhia de manter a eficiência da operação. As ADSs passaram a ser negociadas em mercado balcão com o *ticker* “ASAÍY”.
Tendo em vista o cumprimento dos critérios aplicáveis, a Companhia arquivou, em 12 de janeiro de 2026, perante a *Securities and Exchange Commission* (“SEC”) o *Form 15F* com a finalidade de cancelar seu registro e encerrar suas obrigações de divulgações nos termos do *Securities and Exchange Act of 1934*. Com o protocolo, as obrigações de realizar divulgações requeridas ficam imediatamente suspensas e se espera que o cancelamento de registro na SEC se torne eficaz em 90 dias na ausência de objeção.

1.1 Continuidade operacional
A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando num futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2 Assuntos do ano
Os assuntos relevantes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram:

- Deslistagem das ADSs da NYSE e cancelamento de registro na SEC, vide nota 1.
- Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA, vide nota 1.3.
- Transação *Sale and Leaseback*, vide notas 1.4 e 12.2.
- Divulgação sobre levantamento de créditos de PIS e COFINS de bebidas frias, vide nota 9.2.
- Acordo para alienação de participação, vide nota 11.2.
- Captação de empréstimo em moeda nacional e moeda estrangeira com operações de *swap*, vide nota 16.9.
- Pré-pagamento de dívidas, vide nota 16.9.2.
- Captação mediante a 13ª emissão de debêntures, vide nota 16.10.
- Aumento de capital mediante capitalização de reserva de expansão, vide nota 20.1.
- Deliberação para pagamento de juros sobre capital próprio, vide nota 20.2.

1.3 Ajuizamento de medida cautelar em face de Casino e GPA
Conforme Fato Relevante, divulgado pela Companhia no dia 24 de setembro de 2025, a Companhia ajuizou medida cautelar com pedido liminar, em caráter antecedente à instauração de procedimento arbitral, em face de Casino Guichard Perrachon S.A. e Segisor (conjuntamente, “Casino”) e da Companhia Brasileira de Distribuição (“GPA”), requerendo, em síntese: (i) a indisponibilidade das ações de emissão do GPA detidas, direta ou indiretamente, pelo Casino ou, alternativamente, que eventual alienação dessas ações ficasse condicionada ao depósito judicial do valor correspondente à eventual alienação ou à prestação de garantia idônea em favor da Companhia; e (ii) que o GPA apresentasse garantias suficientes para manter a Companhia indene quanto às obrigações assumidas no Acordo de separação celebrado entre a Companhia e o GPA em 14 de dezembro de 2020 sobre contingências tributárias do GPA anteriores à cisão concluída em 31 de dezembro de 2020, mensuradas e divulgadas nas notas 17.4 e 17.4.1. O ajuizamento da medida cautelar com pedido liminar fundamentava-se ainda, entre outros elementos, pelo recebimento de notificação de abertura de Procedimento Administrativo de Reconhecimento de Responsabilidade (“PARR”) pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, buscando atribuir

responsabilização solidária à Companhia por contingências do GPA ainda em discussão, no valor aproximado de R\$36.
O requerimento para início do procedimento arbitral antecedido pela medida cautelar foi tempestivamente apresentado pela Companhia perante a câmara arbitral competente.
Conforme comunicado publicado ao mercado em 15 de dezembro de 2025, o juízo da 3ª Vara Empresarial do Estado de São Paulo indeferiu o pedido de tutela de urgência formulado pela Companhia em 12 de dezembro de 2025, no âmbito da medida cautelar. A decisão de primeira instância, da qual ainda cabe recurso, fundamentou-se no fato de que o GPA garantiu as contingências tributárias então em curso e exigidas contra a Companhia, inclusive o PARR.
A medida cautelar judicial e o procedimento arbitral continuam em andamento, com o objetivo de resguardar os direitos da Companhia e de assegurar, nos termos do Acordo de separação, a adequada alocação de responsabilidades e obrigações entre as partes, inclusive no que se refere à prestação de garantias e à indenização por eventuais passivos que não sejam de responsabilidade da Companhia. A Administração da Companhia concluiu que não há efeitos contábeis que afetem as demonstrações financeiras até a data de sua emissão.

Sale and Leaseback
Em 22 de outubro de 2025, a Companhia celebrou a operação estruturada do “Instrumento de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis”, com *Term Sheet* assinado entre a Companhia e o grupo Sucesspar. O instrumento tem por objetivo a realização da venda e a locação concomitante à Companhia na operação de *Sale and Leaseback* de três imóveis próprios, sendo duas lojas já em operação, uma localizada em Araruama, no Estado do Rio de Janeiro, e outra localizada em Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo, e um terreno localizado em São Paulo, no Estado de São Paulo.
Em 30 de dezembro de 2025, a última cláusula restritiva foi cumprida e, sendo assim, a operação foi concluída. O valor total da venda desses imóveis foi de R\$275, sendo que R\$191 já foi recebido na mesma data e R\$84 será recebido daqui a 36 meses, corrigido pelo IPCA. O saldo remanescente está registrado na rubrica de “Outras contas a receber” no ativo não circulante. O resultado com a baixa dos saldos contábeis dos respectivos ativos foi um ganho no valor de R\$20, registrado na rubrica “Resultado de ativo imobilizado e de arrendamento” na nota 23.

1.5 Impactos da inflação no segmento
O cenário macroeconômico de 2025 foi marcado por juros elevados e pelo alto nível de endividamento do mercado, o que afetou de forma distinta os padrões de consumo entre os diferentes perfis de renda. Enquanto o custo elevado do crédito pressionou o orçamento das famílias mais endividadas, segmentos de maior renda mantiveram volumes de consumo em trajetória de expansão.
Apesar desse ambiente desafiador, a Companhia apresentou redução do endividamento, resultante da substituição de dívidas por outras com custo financeiros inferiores e prazos mais longos, conforme evidenciado na nota 16.9.2, mantendo a trajetória de desalavancagem.

1.6 Reforma tributária
A Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou a Reforma Tributária, cujo objetivo é simplificar o sistema tributário brasileiro e aumentar a eficiência operacional e o grau de transparência na cadeia de circulação de bens e serviços. A Reforma tributária estabelece a implementação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA), composto pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).
O ano de 2026 foi definido como período de transição e testes pelo Fisco e pelos contribuintes. Durante esse período, os novos tributos (IBS e CBS) serão destacados de forma meramente informativa nos documentos fiscais, sem impacto econômico, financeiro ou contábil para a Companhia e seus clientes, conforme previsto na legislação vigente.
A Companhia permanece acompanhando de forma contínua os desdobramentos regulatórios e operacionais decorrentes da Reforma Tributária, incluindo análises de cenários, simulações e avaliação de potenciais impactos futuros em sua operação, margens, formação de preços, cadeia de suprimentos e créditos tributários. Adicionalmente, a Companhia está realizando revisões em seus sistemas e processos internos para garantir a conformidade com os novos requisitos legais.
Não existem impactos materiais identificados que exijam reconhecimento contábil ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras. Abaixo ilustramos a correlação dos tributos atuais com os novos, o cronograma da transição e as ações efetuadas pela Companhia até o momento:

As seguintes normas não são aplicáveis à Companhia e consequentemente não têm impacto nestas demonstrações financeiras:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais.
- IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.

As seguintes normas estão em fase de avaliação:

- Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros**
Introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o CPC deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros - Evidenciação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS - Volume 11**
O IASB emitiu alterações de escopo limitado no âmbito de sua revisão periódica das normas IFRS, com o objetivo de promover esclarecimentos, simplificações e maior consistência normativa. As mudanças afetam, entre outras, as normas IFRS 1, IFRS 7, IFRS 9, IFRS 10 e IAS 7. Em convergência com essas atualizações, o CPC deverá refletir tais alterações em futuras revisões dos pronunciamentos técnicos correspondentes. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, desde que divulgada. Não é esperado impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
- CPC 51/IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**
A IFRS 18 substitui a IAS 1, mantendo exigências não alteradas e introduzindo novos requisitos de apresentação e divulgação. Parte do conteúdo da IAS 1 foi realocado para a IAS 8 e para a IFRS 7, além de pequenas alterações introduzidas na IAS 7 e na IAS 33. A norma estabelece, ainda, novos requisitos para a apresentação de categorias e subtópicos na demonstração do resultado, divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração e aprimoramento dos critérios de agregação e desagregação de informações. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2027.
Essa alteração está em fase de avaliação e é esperado que tenha um impacto significativo na forma de divulgação nas demonstrações financeiras da Companhia, vide nota 4.2.1.
- IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras**
Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a Administração identificou que a adoção do IFRS 18 poderá resultar, entre outros aspectos, nas seguintes mudanças:

Classificação e apresentação de resultados

- Revisão da classificação de determinadas receitas e despesas, incluindo itens como por exemplo: variação cambial, custo de desconto de recebíveis, atualizações monetárias, receita de antecipação de fornecedores, que poderão ser reclassificados conforme a natureza da transação que lhes deu origem.
- Alterações no escopo do resultado financeiro, com redefinição dos itens que o compõem à luz dos novos conceitos introduzidos pela norma.
- Alterações no escopo de outras receitas e despesas operacionais, considerando as alterações de classificação.

Estrutura das demonstrações financeiras

- Implementação de uma nova estrutura da Demonstração do Resultado com: redefinição do lucro operacional; criação de um novo bloco de resultado de financiamento; criação de um novo bloco de resultado de investimento.
- Alterações na Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo: mudança do lucro utilizado como ponto de partida; reclassificação dos dividendos recebidos para as atividades de investimento.
- Inclusão de nova linha no Balanço Patrimonial: Reclassificação do saldo de ágio, que deixará de ser apresentado no ativo intangível e passará a ser apresentado em linha específica do ativo não circulante.
- Adequação da apresentação da nota explicativa, hoje apresentada como Resultado Financeiro Líquido (nota 24), que passará a ser classificado nos novos blocos da nova estrutura da Demonstração do Resultado: atividades operacionais, atividades de investimento e atividades de financiamento.

Indicadores, métricas e *covenants*

- Avaliação do impacto do IFRS 18 sobre o EBITDA, considerando as novas definições de resultado operacional.
- Análise dos efeitos potenciais sobre o cálculo de *covenants* contratuais, em especial aqueles atrelados a indicadores de desempenho financeiro.
- Estudo e definição das Medidas de Desempenho Gerencial (MPMs - *Management Performance Measures*) que poderão ser apresentadas nas demonstrações financeiras, conforme os novos requisitos de divulgação da norma.

Status atual e próximos passos
A Administração ressalta que os estudos ainda estão em andamento e que os impactos quantitativos e definitivos da adoção do IFRS 18 ainda não podem ser mensurados com razoável segurança. A Companhia continuará avaliando os efeitos da norma ao longo de 2026, incluindo possíveis impactos retrospectivos, requerimentos adicionais de divulgação e ajustes nos controles internos e processos operacionais.

4.3 Normas IFRS S1 e S2/CBPS* 01 e 02: Requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima
Em atendimento às Resoluções CVM nº193/2024, nº217/2024, nº218/2024 e nº219/2024, que exigem que as entidades divulguem informações sobre os seus riscos e oportunidades relacionadas a sustentabilidade, bem como requisitos para identificar, mensurar e divulgar informações sobre riscos e oportunidades relacionados ao clima, com prazo obrigatório para adoção a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia não realizou a adoção voluntária para 2025, mas está avaliando os impactos das normas em conjunto com consultoria especializada em temas climáticos.

5 *Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS
A elaboração das demonstrações financeiras da Companhia exige que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos e a evidênciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto a essas premissas e estimativas podem gerar resultados que demandem ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo em exercícios futuros. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração adotou julgamentos, os quais tiveram o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras conforme as informações incluídas nas seguintes notas explicativas:



★ continuaçãoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhões de reais, exceto quando especificado de outra forma)

A despesa ou reversão de despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício. Não são reconhecidas despesas referentes a serviços que não completaram o seu período de aquisição, exceto no caso de operações liquidadas com ações em que a aquisição depende de uma condição de mercado ou de não aquisição de direitos, as quais são tratadas como adquiridas, independentemente se for satisfeita ou não a condição de mercado ou de não aquisição de direitos, desde que satisfeitas todas as demais condições de desempenho e/ou prestação de serviços. Quando um instrumento de patrimônio é modificado, a despesa mínima reconhecida é a despesa que seria incorrida se os termos não houvessem sido modificados. Reconhece-se uma despesa adicional em caso de modificação do valor justo total da operação de pagamento com base em ações ou que beneficie de outra forma o funcionário, conforme mensurado na data da modificação. Em caso de cancelamento de um instrumento de patrimônio, esse é tratado como se fosse totalmente adquirido na data do cancelamento, e as eventuais despesas ainda não reconhecidas, referentes ao prêmio, são reconhecidas imediatamente ao resultado do exercício. Isso inclui qualquer prêmio cujas condições de não aquisição sob o controle da Companhia ou do funcionário não sejam satisfeitas. Porém, se o plano cancelado for substituído por um novo plano e forem geradas outorgas substitutas, na data em que for outorgada, a outorga cancelada e o novo plano serão tratados como se fossem uma modificação da outorga original, conforme descrito no parágrafo anterior. Todos os cancelamentos de transações liquidadas com ações são tratados da mesma forma. O efeito dilutivo das opções em aberto é refletido como uma diluição adicional das ações no cálculo do lucro diluído por ação. A seguir descrevemos os planos com opções vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Plano de remuneração da Companhia
O plano de remuneração em opção de compra de ações ("Plano de Remuneração") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê de Gente, Cultura e Remuneração as atribuições de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Remuneração ("Comitê"). Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Remuneração e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Remuneração. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "B", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries B10 e B11 do Plano de Remuneração. As opções concedidas a um participante em sua grande maioria não serão exercíveis, salvo exceções particulares autorizadas pela Companhia, pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício").

As informações relativas ao Plano de Opção e Plano de Remuneração da Companhia estão resumidas a seguir:

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2025 Quantidade de ações (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	2.163	(2.047)	(116)	–
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	1.924	(119)	(1.805)	–
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	1.390	(114)	(77)	1.199
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	1.390	–	(191)	1.199
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	1.294	(61)	(84)	1.149
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	1.294	–	(145)	1.149
				9.455	(2.341)	(2.418)	4.696

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.
20.6.2 Informações consolidadas, planos de opções de compra de ações da Companhia

Conforme os termos dos planos das séries, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação da Companhia. O período de carência é de 36 meses, sempre mensurados a partir da data na qual o Conselho de Administração aprovou a emissão da respectiva série de opções. As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o fim do período de carência da respectiva data de outorga. A condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como funcionário da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções e na existência ou não de um período de restrição para venda das ações adquiridas no exercício da opção. De acordo com os planos, as opções de ações outorgadas em cada um dos planos podem representar como máximo 2% do total das ações de emissão da Companhia. O quadro a seguir demonstra o percentual máximo de diluição de participação a que eventualmente seriam submetidos os atuais acionistas, em caso de exercício até 31 de dezembro de 2025 de todas as opções outorgadas:

Séries outorgadas	Média ponderada do valor justo das opções concedidas (em reais)	Expectativa de dividendos	Expectativa de volatilidade aproximada	Taxa de juros médios ponderados sem risco	Exit rate	Expectativa de vida média remanescente
B10	10,33					
C10	3,28	1,31%	35,32%	10,87%	8,00%	5 meses
B11	11,89					
C11	5,18	0,77%	37,32%	11,28%	8,00%	17 meses

Séries outorgadas	Média ponderada do preço de exercício (em reais)	Média ponderada do prazo contratual remanescente
Em 31 de dezembro de 2024	8.362	5,88
Canceladas durante o exercício	(1.900)	11,98
Exercidas durante o exercício	(1.766)	0,01
Em aberto no fim do exercício	4.696	5,62
Total a exercer em 31 de dezembro de 2025	4.696	5,62

O valor registrado no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$6 (R\$25 em 31 de dezembro de 2024).

20.6.3 Plano de pagamento baseado em ações - liquidadas em caixa

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de julho de 2023, foi aprovado o plano de pagamento baseado em ações liquidadas em caixa, somente para os Diretores Estatutários da Companhia. Este plano não torna os executivos sócios da Companhia, mas somente adquirem o direito ao recebimento de um valor em dinheiro correspondente à cotação média das ações da Companhia negociadas na B3 sob o código ASAI3. A metodologia de cálculo é a média linear da cotação das ações considerando os últimos 20 pregões anteriores, incluindo a data-base de 1º de agosto de 2023 (data de outorga), até o fim do plano em 31 de julho de 2028. O pagamento será realizado em moeda corrente nacional, respeitando os períodos de *vestings* das ações. Foram outorgadas ações aos executivos da Companhia e o recebimento do prêmio em relação a 50% dessas ações estará condicionado ao cumprimento da condição de serviço (ações condicionadas a tempo) e os outros 50% estará condicionado ao cumprimento, de forma cumulativa, da condição de serviço e da condição de *performance* (ações condicionadas a tempo e *performance*). Abaixo, movimentação do exercício:

	Quantidade de ações outorgadas (em milhares)	
	31/12/2025	31/12/2024
No início do exercício	1.911	1.989
Cancelamentos	–	(78)
No final do exercício	1.911	1.911
Para que as ações condicionadas a tempo se tornem <i>vested</i> , o Executivo deverá permanecer na Companhia desde a data de outorga até as datas abaixo (prazo de carência):		
a) 20% (vinte por cento) no aniversário de 3 anos contados da data de outorga;		
b) 20% (vinte por cento) no aniversário de 4 anos contados da data de outorga; e		
c) 60% (sessenta por cento) no aniversário de 5 anos contados da data de outorga.		
Para que as ações condicionadas a tempo e <i>performance</i> se tornem <i>vested</i> , o Executivo deverá cumprir os prazos de carência acima, além do cumprimento das metas, sendo segregado entre: a) Meta <i>Environmental, Social and Governance</i> ("ESG") com peso de 30%; i) contratação de pessoas com deficiências; ii) mulheres na liderança, no cargo gerencial ou superior; e iii) emissões totais de carbono - Escopo 1 e 2; e b) Meta operacional com peso de 70%; i) fluxo de caixa operacional.		
As metas dispostas acima serão revisadas anualmente pelo Conselho de Administração e o não atingimento, em 31 de dezembro de 2026 e 2027, poderá ser compensado pelo atingimento nas datas de apuração subsequentes.		

O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício. O preço de exercício de cada opção de compra de ações outorgadas no âmbito do Plano de Remuneração é correspondente a R\$0,01 ("preço de exercício"). O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, observado que a data limite de pagamento será sempre o 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações. A Companhia irá promover a retenção na fonte de eventuais tributos aplicáveis nos termos da legislação tributária brasileira, deduzindo do número de ações entregues ao participante a quantidade equivalente dos tributos retidos.

Plano de opção da Companhia
O plano de opção de compra de ações ("Plano de Opção") é administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, o qual delegou ao Comitê as funções de outorga das opções e assessoramento na administração do Plano de Opção. Os membros do Comitê se reunirão para a concessão da outorga das opções das séries do Plano de Opção e sempre que houver questões suscitadas a respeito do Plano de Opção. Cada série de outorga de opções de compra receberá a letra "C", seguida de um número. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, encontravam-se em vigor opções outorgadas das Séries C10 e C11 do Plano de Opção. Para cada série de outorga de opções no âmbito do Plano de Opção, o preço de exercício de cada opção de compra de ações deverá ser o correspondente a 80% da média do preço de fechamento das negociações das ações de emissão da Companhia realizadas nos últimos 20 (vinte) pregões da B3, anteriores à data de convocação da reunião do Comitê que delibera a outorga das opções daquela série ("preço de exercício").

As opções concedidas a um participante não serão exercíveis pelo período de 36 (trinta e seis) meses contados da data de outorga ("período de carência"), e somente poderão ser exercidas no período que se inicia no primeiro dia do 37º (trigésimo sétimo) mês, contado da data da outorga, e se encerra no último dia do 42º (quadragésimo segundo) mês, contado da data da outorga ("período de exercício"), ressalvadas as exceções previstas no Plano de Remuneração. O participante poderá exercer suas opções de compra total ou parcialmente, em uma ou mais vezes, desde que, para cada exercício, envie o correspondente Termo de Exercício de Opção durante o período de exercício. O preço de exercício das opções deverá ser pago integralmente em moeda corrente nacional, por meio de cheque ou transferência eletrônica disponível para a conta bancária de titularidade da Companhia, no 10º (décimo) dia que antecede a data de aquisição das ações.

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2025 Quantidade de ações (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
B9	31/05/2022	01/06/2025	0,01	2.163	(2.047)	(116)	–
C9	31/05/2022	01/06/2025	12,53	1.924	(119)	(1.805)	–
B10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	0,01	1.390	(114)	(77)	1.199
C10 (i)	31/05/2023	01/06/2026	11,82	1.390	–	(191)	1.199
B11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	0,01	1.294	(61)	(84)	1.149
C11 (i)	31/05/2024	01/06/2027	10,62	1.294	–	(145)	1.149
				9.455	(2.341)	(2.418)	4.696

(i) Ações outorgadas para diretores não estatutários.
20.6.5 Plano de incentivo de longo prazo via outorga do direito de receber ações
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP"), o qual tem por objetivo permitir a outorga de ações restritas e ações com premissas de *performance* aos diretores estatutários e não-estatutários da Companhia ("Participantes"), bem como a eventuais outros empregados que possam ser selecionados para participar do plano. Mediante a concessão do direito de receber ações de emissão da Companhia aos Participantes, o Plano ILP visa promover: (i) o alinhamento entre os interesses dos Participantes e os interesses dos acionistas da Companhia; (ii) o estímulo da permanência dos Participantes na Companhia ou nas sociedades sob o seu controle; e (iii) a busca pela maximização de resultados e pela geração de valor sustentável para a Companhia e seus acionistas. As outorgas realizadas no âmbito do Plano ILP serão feitas na seguinte proporção: (i) 30% do direito concedido será composto por ações restritas, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento de um prazo de *vesting* único de 3 anos (exceto pela outorga ao Diretor Presidente, que terá um prazo de *vesting* de até 5 anos, com *vesting* parciais de 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano); e (ii) 70% do direito concedido será composto por ações com premissas de *performance*, sendo que a efetiva transferência das ações aos Participantes somente ocorrerá mediante o cumprimento do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente) vinculado ao atingimento das metas de *performance* estabelecidas pelo Conselho de Administração, sendo que a quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento de tais metas ao final do prazo de *vesting* único de 3 anos (5 anos ao Diretor Presidente), podendo variar de 90% a 110% da quantidade alvo de ações (sendo que a quantidade-alvo de ações assumirá o atingimento de 100% das metas).

Séries outorgadas	Data da outorga	1ª data de exercício	Preço de exercício na data da outorga (em reais)	31/12/2025 Quantidade de ações (em milhares)			
				Outorgadas	Exercidas	Canceladas	Vigentes
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2027	649	(128)	–	–	521
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2028	50	–	–	–	50
ILP - 2024	31/05/2024	31/05/2029	396	–	–	–	396
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2028	5.085	(570)	(15)	–	4.500
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2029	97	–	–	–	97
ILP - 2025	31/03/2025	31/03/2030	777	–	–	–	777
			7.054	(698)	(15)	–	6.341

Ações com premissas de performance
Em relação às outorgas de ações com premissas de *performance*, os indicadores serão definidos considerando os seguintes principais objetivos:

- preservar a relevância e posicionamento da Companhia em relação aos seus *peers* no setor de *cash & carry*;
 - assegurar a geração de valor sustentável dos negócios;
 - garantir a rentabilidade dos negócios da Companhia no longo prazo; e
 - assegurar o nível adequado de lucratividade das operações, preservando níveis saudáveis de margem de lucro em relação ao histórico da Companhia.
- A quantidade de ações restritas e ações com premissas de *performance* outorgadas será determinada com base: (i) em um múltiplo salarial, de acordo com a grade ocupada pelo Participante; e (ii) na cotação média das ações nos 20 pregões anteriores à outorga. As ações (tanto as ações restritas quanto as ações com premissas de *performance*) serão transferidas aos Participantes mediante o cumprimento das condições descritas no plano, sendo que a transferência das ações será feita mediante entrega de ações mantidas em tesouraria pela Companhia. Através do Plano ILP, a Companhia concederá aos Participantes o direito de receber uma determinada quantidade de ações correspondente a até 1,5% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do respectivo plano, sujeita aos ajustes previstos. As informações relativas ao plano estão resumidas a seguir:

Programa sócio executivo

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024, foi aprovado o Programa Sócio Executivo da Companhia, o qual tem por objetivo criar um programa de longo prazo único e extraordinário, que não se confunde com o Incentivo de Longo Prazo padrão, composto por uma concessão única de direitos a ações direcionada ao Diretor Presidente, ao Diretor Vice-Presidente Comercial e de Logística e ao Diretor Vice-Presidente de Operações (“Participantes”), em montante substancial e atrelado à permanência e ao atingimento de determinadas metas de *performance* dos Participantes, visando:

(i) a retenção de longo prazo dos Participantes; e (ii) o reforço do senso de dono nos Participantes, transformando administradores-chave em acionistas relevantes e de longo prazo.

Através do Programa Sócio Executivo, a Companhia outorgou, em 1º de maio de 2024, aos Participantes o direito de receber até 27.069.939 ações da Companhia, correspondente a até 2% da quantidade total de ações de emissão da Companhia na data de aprovação do Programa Sócio Executivo, sujeita aos ajustes previstos no Programa Executivo, como segue:

i) 0,40% serão compostos por ações restritas, cujo direito somente será adquirido se os Participantes permanecerem vinculados à Companhia como Administradores, sendo: i) 30% na primeira data de *vesting* (5 anos da data da outorga); e ii) 70% na segunda data de *vesting* (7 anos da data da outorga); e

ii) até 1,60% serão compostos por ações com premissas de *performance*, cujo direito somente será adquirido se forem verificadas, cumulativamente, as seguintes condições: i) os Participantes permanecerem vinculado à Companhia como administradores até a segunda data de *vesting*; e ii) as metas de *performance* forem atingidas na segunda data de *vesting*, apuradas e calculadas de acordo com os termos e condições abaixo previstos.

Ações com premissas de performance

- A quantidade final de ações com premissas de *performance* que os Participantes terão direito dependerá do grau de atingimento da meta de Lucros por Ação (“LPA”), conforme aumento do *Compound Annual Growth Rate* (“CAGR”) acumulado do LPA durante o período de apuração, conforme curva de atingimento.



Sendas Distribuidora S/A

06.057.223/0001-71



ASAI3

B3 LISTED NM

★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Provisões e contingências tributárias
Por que é um PAA
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 17.1, nº 17.4 e nº 17.4.1 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte envolvida em um número significativo de processos administrativos e judiciais na esfera tributária. Com base em opiniões legais e com suporte de seus consultores jurídicos internos e externos, a Diretoria avalia a probabilidade de perda relacionada a esses processos administrativos e judiciais e registra provisões quando a probabilidade de perda é avaliada como provável e os valores podem ser estimados.
Em 31 de dezembro de 2025, a Diretoria registrou provisões no montante de R\$44 milhões.
Ainda, a Companhia possui processos administrativos e judiciais adicionais no montante de R\$3.593 milhões em 31 de dezembro de 2025, incluindo tratamentos tributários incertos, para os quais não foi registrada provisão. Desse valor, R\$1.355 milhões são sujeitos a reembolso pelo antigo controlador da Companhia, conforme acordo de separação celebrado entre as partes. A Diretoria utiliza julgamento significativo para avaliar os méritos técnicos de cada processo administrativo ou judicial e a probabilidade e potenciais valores de perda, considerando a complexidade do ambiente tributário e da legislação brasileira, incluindo a existência e interpretação de jurisprudência aplicável e julgamentos em curso. A avaliação da Diretoria também envolve assistência dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia.
A auditoria da avaliação realizada pela Diretoria sobre a probabilidade de perda em demandas tributárias foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) da complexidade envolvida na avaliação e interpretação da legislação tributária aplicável e da jurisprudência aplicável, que requer um grau relevante de julgamento pela Diretoria, com suporte dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia; (ii) dos valores envolvidos e da incerteza significativa das estimativas relacionadas com o resultado das decisões judiciais; e (iii) dos esforços adicionais de auditoria, que incluem o envolvimento de nossos especialistas tributários.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
• Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de processos administrativos e judiciais tributários, incluindo as premissas e os méritos técnicos das posições tributárias utilizadas na avaliação da probabilidade de perda, bem como o processo de mensuração, registro e divulgação dos valores relacionados às contingências tributárias.
• Efetuamos a leitura e o entendimento do acordo de indenização celebrado pela Companhia com os antigos controladores.
• Testamos a integridade das demandas judiciais tributárias sujeitas à avaliação da Diretoria.
• Com a assistência de nossos especialistas tributários, desafiamos a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda estimada para uma amostra de contingências materiais, para as quais:
– Obtivemos um entendimento e avaliamos os julgamentos da Diretoria, os méritos técnicos e a documentação que suporta a avaliação, incluindo a leitura e a avaliação de pareceres técnicos, opiniões legais ou outros documentos obtidos dos consultores jurídicos externos da Companhia.
– Inspecionamos e avaliamos as respostas às confirmações externas enviadas aos principais consultores jurídicos externos da Companhia.
– Avaliamos os julgamentos efetuados pela Diretoria, usando nosso conhecimento e experiência com a aplicação de leis tributárias e evoluções jurisprudenciais nos ambientes regulatórios e tributários aplicáveis.
– Testamos as premissas, as informações subjacentes e a acurácia do cálculo dos valores relacionados às provisões tributárias registradas e divulgações de contingências tributárias.
• Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.
Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre a probabilidade de perda das demandas tributárias e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Acordo para alienação de participação na Financeira Itaú CBD S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("FIC")
Por que é um PAA
Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava investimento na entidade controlada em conjunto Bellamar Empreendimento e Participações S.A. ("Bellamar") no valor de R\$326 milhões, reconhecido com base no método da equivalência patrimonial, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, líquido de provisão para perdas por recuperabilidade do investimento no valor de R\$521 milhões reconhecida no exercício. Conforme divulgado nas notas explicativas nº 11.1 e nº 11.2 às demonstrações financeiras, a Companhia celebrou em 8 de dezembro de 2025 documentos definitivos e vinculantes com o Itaú Unibanco Holding S.A. ("Itaú") para alienação de sua participação indireta detida por meio da entidade Bellamar na FIC, pelo valor de R\$260 milhões. A entrega definitiva da participação está prevista para ocorrer em dois anos a partir da conclusão das condições precedentes previstas nos documentos, incluindo a aprovação dos órgãos reguladores Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e Banco Central do Brasil - BACEN.
A auditoria do tratamento contábil adotado pela Companhia para refletir os efeitos trazidos pela transação foi considerada especialmente desafiadora em virtude: (i) de certa complexidade envolvida na interpretação e escolha do tratamento contábil apropriado aos efeitos produzidos pela transação, em especial à obrigação de entrega futura da participação, (ii) do julgamento aplicado à seleção das premissas envolvidas na mensuração do valor recuperável do investimento, e (iii) pela existência de deficiência na operação do controle sobre a mensuração do valor recuperável do investimento, identificada em exercícios anteriores.
Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Em nossos procedimentos de auditoria, entre outros, nós:
• Efetuamos a leitura e o entendimento dos documentos representativos do acordo celebrado pela Companhia com o atual controlador e os demais sócios da FIC e confirmamos as premissas adotadas pela Companhia.
• Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes sobre a avaliação de transações não usuais e dos processos e controles na determinação de premissas e mensuração do valor recuperável de ativos.
• Avaliamos o tratamento contábil adotado à luz das normas contábeis.
• Avaliamos o julgamento da Diretoria na seleção das premissas aplicadas ao teste de recuperabilidade e testamos a integridade e acurácia dessas premissas.
• Avaliamos se as premissas e as projeções usadas pela Diretoria são razoáveis considerando os resultados apresentados pela FIC e a consistência dessas premissas com os termos contratuais dos documentos representativos do acordo.
• Avaliamos as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras.
No decorrer de nossa auditoria foram identificados que a deficiência na operação do controle não foi remediada e o ajuste que afetaria a mensuração e a divulgação do valor recuperável do investimento, o qual foi registrado pela Companhia por ter sido considerado material. Com base nas evidências obtidas por meio de nossos procedimentos anteriormente descritos, consideramos que a avaliação da Diretoria sobre o tratamento contábil aplicável à transação, o valor recuperável mensurado do investimento e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
As demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria e apresentadas como informação suplementar para fins de "IFRS Accounting Standards", foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC T&G 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor
A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras
A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as "IFRS Accounting Standards", emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:
• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
• Planejamos e executamos a auditoria do Grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do Grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.
Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.
São Paulo, 11 de fevereiro de 2026.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8

Natasha Rodrigues dos Santos

Contadora

CRC nº 1 SP 257140/O-0



ESTADÃO RI

QUER RESULTADOS?
PUBLIQUE SEUS
BALANÇOS E ATOS
SOCIETÁRIOS
NO ESTADÃO.

O veículo mais admirado por leitores
qualificados e reconhecido pelo mercado
publicitário em todo o território nacional.



PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA
PLATAFORMA DE RELAÇÕES
COM INVESTIDORES

+27,5 MM
DE USUÁRIOS
ÚNICOS



LÍDERES E
FORMADORES
DE OPINIÃO
LEEM O ESTADÃO
DIARIAMENTE



LÍDER EM
CONTEÚDO
DE ECONOMIA
& NEGÓCIOS



A FORÇA
DO ESTADÃO
+56 MM
de impactos / mês

CONSULTE
NOSSA EQUIPE
COMERCIAL:
(11) 3856-2442

ACESSE E
CONHEÇA:



ESTADÃO

ESTADÃO RI

a rádio dos melhores ouvintes
ELDORADO FM 107.3
Uma parceria de conteúdo com a Fundação Brasil 2000

ESTADÃO
BLUE STUDIO

AGÊNCIA
ESTADO

broadcast